



A escrituração escolar como prática e como lugar indiciário de representações da infância

Elaine Cátia Falcade Maschio

Programa de Pós-graduação em Educação, Centro Universitário Internacional Uninter, Rua Treze de Maio, 538, São Francisco, 80510-030, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: elaine.m@grupouninter.com.br

RESUMO. O artigo propõe analisar a escrituração escolar das colônias italianas da cidade de Curitiba como lugares indiciários dos modos de representar a infância. Busca, por meio da investigação dos mapas de frequência, identificar as categorias que ordenaram a infância na perspectiva comunitária étnica e escolar. A demanda pela escrituração escolar é concebida como prática administrativa que buscou institucionalizar o fazer docente. Essa prática no universo escolar das colônias de imigrantes possibilitou nomear crianças, classificar os diferentes perfis infantis que frequentavam as escolas coloniais e mensurar a cadência dos ritmos de ensino e aprendizagem. Como instrumento legal, os mapas de frequência sinalizavam o quanto a escola seria capaz de ordenar a infância, escolarizando os sujeitos sociais e transformando-os em sujeitos escolares.

Palavras-chave: alunos, educação, cultura escolar.

School records maintenance and its role as a source of childhood representation

ABSTRACT. School records from the Italian colonies in Curitiba PR Brazil are analyzed as a source of representational forms of childhood. The categories that ordained childhood within the ethnic and school community perspective are identified through the schools' attendance rolls. The requirement to maintain school records was in fact an administrative tool to transform schooling and teaching into an institution. The practice in schools in immigrants' colonies provided children's names, classified the different profiles of children who attended school and measured the regularity of their teaching and learning achievements. Attendance rolls were a legal instrument which showed the school's capacity to ordain childhood by schooling the social subjects and transforming them into schooled subjects.

Keywords: students, education, school culture.

La contaduría escolar como práctica y como lugar indiciario de representaciones de la infancia

RESUMEN. El artículo propone analizar la contaduría escolar de las colonias italianas de la ciudad de Curitiba como lugares indiciarios de los modos de representar la infancia. Busca, por medio de la investigación de los mapas de frecuencia, identificar las categorías que ordenaron la infancia en la perspectiva comunitaria étnica y escolar. La demanda por la contaduría escolar es concebida como práctica administrativa que buscó institucionalizar el hacer docente. Esta práctica en el universo escolar de las colonias de inmigrantes permitió nombrar niños, clasificar los diferentes perfiles infantiles que frecuentaban las escuelas coloniales y medir la cadencia de los ritmos de enseñanza y aprendizaje. Como instrumento legal, los mapas de frecuencia señalaban cuánto la escuela sería capaz de ordenar la infancia, escolarizando a los sujetos sociales y transformándolos en sujetos escolares.

Palabras clave: alumnos, educación, cultura escolar.

Introdução

A prática de confeccionar 'mapas de frequência', como foram designadas as listas nominais de alunos entre os séculos XIX e XX, no dizer de Veiga (2005),

[...] visava essencialmente à confirmação do exercício do trabalho do professor público, ou

melhor, a sua assiduidade e o número de alunos frequentes à mesma cadeira. Isso ocorria para o cumprimento da lei que previa para a existência da cadeira pública e o pagamento do professor uma frequência mínima de alunos (VEIGA, 2005, p. 93).

Nas colônias italianas nos arredores da cidade de Curitiba, a produção da escrituração escolar foi uma

prática comum entre os professores imigrantes e nacionais que buscaram reivindicar a abertura de escolas elementares e os benefícios públicos para o seu funcionamento. O excerto abaixo expõe o requerimento de uma professora de origem italiana que solicitava, do governo paranaense, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, no ano de 1886, a permissão para abrir uma escola particular na colônia Dantas (Água Verde).

Diz a imigrante italiana Giacomina Stofella abaixo assignada que no núcleo onde ella tem sua morada nomeado Água Verde distante de quatro kilometros da cidade de Curitiba, os abitantes numerosos, todos italianos precisam de uma escola elementar promiscua, e fazem rogo continuados a mesma assignada para que tenha de abrir uma escola particular.

Por isso vem ella umilde e respeitosa requerer a V^a Ex^a de querer dignar-se dar permissão de abrir esta aula particular cujo mappa junto explica a importância d'ella e com o seu cuidado procurará que o ensino elementar se adiante no modo mais melhor, e confiando na conhecida bondade da Ex^a. V^a. (PARANÁ, 1886, p. 75).

A imigrante justificava a necessidade da abertura legal da escola particular apresentando como prova de verdade um mapa de frequência. O documento registrava um avultado número de crianças de origem italiana - cerca de 60 alunos de ambos os sexos, com idade que variava entre cinco a 12 anos. Três meses depois, a mesma professora solicitou a subvenção da escola.

Exemplos como esse, que tinham como base requerimentos acompanhados por mapas de frequência para comprovar a veracidade das informações eram enviados com assiduidade pelos professores para informar o funcionamento das aulas. Sendo assim, a escrituração dos mapas era uma obrigação do magistério público. Todavia, também foi uma tática de muitos professores para angariar benefícios do governo no processo da escolarização.

No Arquivo Público do Paraná foram inventariados cerca de 40 mapas de frequência das escolas elementares localizadas em colônias italianas dos arredores da cidade de Curitiba: Alfredo Chaves, Eufrásio Correa, Santa Felicidade, Dantas (Água Verde), Novo Tyrol e Antônio Rebouças. As colônias citadas acima foram as primeiras de origem italiana da capital paranaense (MASCHIO, 2012).

Alguns mapas utilizados nesta pesquisa foram encontrados soltos em meio à documentação, na pasta denominada Instrução Pública, outros foram localizados junto aos requerimentos e relatórios dos professores. Nesses últimos, foi possível perceber que existia uma sequência, uma periodicidade no

envio da documentação, facilitando a produção de uma análise mais aprofundada sobre determinadas escolas.

No processo de análise da pasta, observou-se um significativo número de documentos deste teor, e começou-se verificar quais informações essas fontes poderiam proporcionar para compreender melhor o processo de escolarização das colônias e as representações sobre a infância nelas fixada. Surgiu o interesse em saber que infâncias os mapas de frequência das escolas coloniais italianas indiciavam e que categorias foram utilizadas para definir essa infância.

O presente texto realiza uma análise da produção dos mapas de frequência das escolas elementares nas colônias italianas dos arredores da cidade de Curitiba, no Paraná, entre o final do século XIX e início do século XX. Procura compreender a legislação educacional que estabelecia a elaboração dessa documentação escolar como prática de escrituração administrativa. Cumpre saber que representações de infância os mapas de frequência revelavam.

O debate teórico em busca desses objetivos contemplou a perspectiva da História Cultural a partir da contribuição de Certeau (1999); da historiografia educacional brasileira nas obras de Veiga (2005) e Vidal (2009); e a historiografia que trata dos processos educacionais entre imigrantes no contexto nacional, como a obra de Luchese (2007). A legislação do ensino paranaense também foi amplamente consultada, pois por meio dela foi possível compreender como a produção dos mapas foi regulamentada e, posteriormente, apropriada pelos professores na prática escolar diária.

Esta análise reconhece a escrituração escolar como documento comprobatório do funcionamento da escola, mas acima de tudo, como lugar indiciário de representações sobre a infância. A infância é compreendida como concepção e representação dos adultos sobre o período inicial da vida. A história dessa infância deve contemplar a relação da criança com o adulto, com a sociedade e a cultura na qual ela está inserida (KUHLMANN; FERNANDES, 2004). Destarte, a infância nas regiões de colonização foi concebida à sombra do adulto (família e comunidade) e esteve atrelada a condição social e aos aspectos culturais daqueles territórios.

Como importante fonte para compreender a história da escolarização e da infância, os mapas de frequência possibilitaram reconhecer a entrada de novas levas de famílias imigrantes nas colônias, as redes de parentescos, o perfil socioeconômico dos imigrantes, os aspectos culturais compartilhados pelos grupos. Foi possível compreender que havia

uma concepção de infância marcada pelas relações de etnicidade, compartilhada e perpetuada no interior das famílias e marcadas pelos elementos culturais comunitários.

De outro modo, a análise dessa documentação histórica possibilitou adentrar nos elementos constituintes da escolarização. Por meio dela, verificaram-se os saberes selecionados pela escola, as dificuldades de aprendizagem decorrentes da não compreensão da língua portuguesa, as irregularidades da frequência escolar dos alunos pelos ciclos de trabalho agrícola, as idades variadas das crianças, os níveis e graus de ensino e a tentativa de produzir novos tempos da infância. Logo, os mapas de frequência foram porta-vozes de subsídios que permitiram constatar a produção de uma outra infância nas colônias: a infância escolar.

A escrituração escolar normatizada pela legislação paranaense

A elaboração dos mapas de frequência foi uma exigência do governo desde o advento do Império, ou muito antes conforme afirmou Vidal, ele buscou institucionalizar o fazer docente das escolas públicas brasileiras. Esse procedimento exercia uma espécie de controle sobre a prática pedagógica do professor e sobre a organização e funcionamento das escolas. Segundo a autora, os mapas estatísticos escolares no século XIX funcionavam como dispositivos governamentais que instituíam uma prática escriturística capaz de nomear e categorizar os sujeitos e a realidade (VIDAL, 2009).

No Paraná, a primeira legislação educacional promulgada após a sua emancipação política da Província de São Paulo – o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 46, em 4 de julho de 1876 – previa no artigo 24 que os professores particulares deveriam:

Remeter ao director geral da instrução pública por intermédio dos inspectores parochiaes, mappas trimensaes de seus trabalhos, declarando o número de alumnos, grau de aproveitamento, a disciplina e compendios adoptados, e fazendo as observações que entenderem convenientes (PARANÁ, 1876, p. 6).

Conforme o artigo 104 do mesmo regulamento, os professores das escolas públicas deveriam enviar aos inspectores escolares a cada três meses, um mapa de frequência que registrasse a idade, filiação, moralidade e aproveitamento dos alunos (PARANÁ, 1876, p. 18). Portanto, a produção de mapas de frequência pelos professores nesse período respondia a uma exigência legal, e por vezes, foi o único registro escrito sobre o funcionamento de muitas

escolas. Esse fato explica, em certa medida, as inúmeras listas anexas aos requerimentos e ofícios, ou simplesmente soltas no montante da documentação consultada sobre a instrução pública do Estado.

Os Regulamentos da Instrução Pública Paranaense, aprovados pelo Decreto n.º 31 em 29 de janeiro de 1890 e pelo Ato n.º 30 em 30 de março de 1891 em nada alteraram o Regulamento de 1876 sobre a orientação dada aos professores particulares e públicos quanto ao envio dos mapas de frequência. De modo geral, os mapas deveriam ser entregues à Diretoria da Instrução Pública trimestralmente. Neles, era necessário serem declaradas informações básicas como o número de alunos, idade, filiação, moralidade, compêndios adotados e grau de aproveitamento na escola.

Observou-se, na análise dos mapas de frequência das colônias italianas deste período, que os professores produziam os mapas a partir do modelo pré-determinado pela legislação, mas por vezes, inseriam outros pormenores, isto é, as normas quanto à escrituração escolar eram apropriadas de outras maneiras por alguns professores no cotidiano do seu trabalho escolar.

Nos mapas analisados notam-se informações que extrapolam os modelos básicos de mapas de frequência regulamentados pela legislação. Verificava-se o registro de dados como declaração do dia da matrícula, grau de instrução na época da matrícula, nacionalidade, local da residência, profissão dos pais, cor dos alunos, gênero, dia em que deixaram a escola, quantidade de faltas justificadas e não justificadas, total de aulas dadas.

A partir do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 35, em 9 de fevereiro de 1895, a exigência do envio de mapas de frequência passou a ser mensal. Além disso, a legislação estabeleceu a comprovação da matrícula de alunos por meio da apresentação de mapas para o recebimento do salário do professor e de outros benefícios do magistério público.

Com isso, os professores deveriam obrigatoriamente:

§ 12 - Apresentar mensalmente ao inspector escolar, para base dos attestados de exercício, para o recebimento de seus vencimentos, os mappas do movimento de suas escolas, mencionando os nomes dos alumnos matriculados, com declaração da frequência e das faltas durante o mez, bem como os dias em que deixarem de dar aula e os motivos (PARANÁ, 1895, p. 49).

Ainda neste período, os mapas de frequência deveriam apresentar as informações básicas anteriormente citadas. Entretanto, os professores

possuíam, e aproveitavam-se dessa liberdade, para acrescentar outros dados que julgassem ser pertinente para informar em relação ao funcionamento da sua escola. Somente a partir da segunda década do século XX, os mapas de frequência passaram a serem impressos e distribuídos pela Diretoria da Instrução Pública, cabendo aos professores apenas preenchê-los.

Conforme o Código de Ensino do Estado do Paraná, Decreto n.º 710 de 30 de setembro de 1915, os professores deveriam:

Enviar do dia 1º ao dia 13 de dezembro de cada ano, ao Conselho Local, sob pena de perda de 15 dias de vencimentos, mapas relativos ao instituto a seu cargo, contendo: a) nomes e idades dos alunos que se matricularam e dos que se retiraram durante o ano; b) número de aulas a que cada um compareceu e número de aulas a que cada um deixou de comparecer; c) série que cada um cursou; d) exames que prestou e grau de aprovação; e) nomes dos pais ou responsáveis, sua residência e distância calculada desta e a escola (PARANÁ, 1915, p. 28).

De acordo com esta legislação, os mapas impressos estavam organizados com os seguintes campos a serem atestados pelos professores: número de ordem, nome do aluno, sexo, idade, classe, filiação, nacionalidade, residência, data da matrícula, faltas, frequência e observações.

Contudo, mesmo que a Diretoria da Instrução Pública distribuisse os mapas impressos junto aos demais materiais escolares quando solicitados, verificou-se que alguns professores continuavam a confeccionar seus mapas de frequência a próprio punho, estabelecendo como lhes fosse mais oportuno os campos a serem registrados.

Essa relação põe em discussão a distância entre a prescrição e a prática e os modos como os professores se apropriavam da legislação. Enquanto alguns encontraram facilidade em seu trabalho preenchendo as listas impressas, e muitas vezes deixando espaços em branco; outros não se submetiam ao modelo impresso, desejando continuar a confeccionar os mapas à mão incrementando-os com outros detalhes. Contudo, é preciso considerar também aquela parcela de professores que continuou a confeccionar as listas de frequência à mão, por não disporem das listas impressas.

Um novo modelo de mapa de frequência, ou 'listas de chamadas', foi sugerido somente a partir da segunda metade da década de 1920. Neste período, foi possível conferir que alguns mapas poderiam ser preenchidos pelo professor diariamente, o qual deveria assinalar na coluna do dia e na linha do nome do aluno as iniciais 'c', para registrar o

comparecimento, e 'f' para a falta. Esse modelo de lista nominal de alunos perdurou até os dias atuais e seus usos merecem outras análises. Cumpre notar ainda que o campo 'observações' permanecia nesse novo modelo de mapa de frequência, mas em alguns casos, ele era pouco utilizado pelo professor.

Vestígios de infâncias: representações étnica e escolar

Como mencionado anteriormente, a prática de enviar os mapas de frequência cumpria para o poder público uma exigência legal que tinha como objetivo comprovar o funcionamento da escola, assegurando aos professores e às famílias os recursos públicos e os benefícios do governo para o ensino. De modo geral, a aquisição de materiais escolares, a garantia de subvenções de professores e a criação efetiva de escolas primárias públicas estavam vinculadas a esse documento comprobatório.

Conforme afirma Vidal (2009):

Expediente similar era realizado pelos mestres públicos no período. Instados a elaborar mapas de frequência dos alunos como estratégia de comprovação de efetivo exercício docente (documento necessário para o recebimento de salário) e de viabilidade da escola (atestado imprescindível de atendimento ao número mínimo de alunos exigido por lei para manutenção da aula), os professores ensaiavam uma escrita sobre o outro, que constituía na criança o aluno, e sobre sua prática, que a produzia como pedagógica (VIDAL, 2009, p. 53).

No mapa de frequência, enviado pelo Professor Giovanni Baptista Marconi, em 13 de agosto de 1881, correspondente à regência da escola pública da colônia Santa Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra, é possível observar como ele exercitava sua escrita sobre o outro, manifestando sua concepção sobre aquele grupo de crianças que respondiam como alunos a partir daquele ato.

O número de crianças que frequentava a escola era de 62 de ambos os sexos. No campo dedicado a registrar a 'nacionalidade' dos alunos, havia a informação da frequência de apenas um brasileiro, o restante procedia da Itália ou do Tyrol Italiano. A idade dos alunos variava de seis a 13 anos, limite etário correspondente ao que regulamentava a legislação até aquele período.

O professor declarou nesse documento que todos os alunos possuíam a cor 'branca' e de condição jurídica 'livre'. A matrícula foi efetuada entre os meses de janeiro a junho daquele ano. No item 'filiação ou encarregado' aparecia primeiro o sobrenome e depois o nome do pai ou responsável, o seu estado civil e o seu estado econômico acompanhado pela profissão. Cumpre notar que o 'estado pecuniário' dos pais foi classificado pelo

professor como 'rico' ou 'pobre'. A maioria foi declarada 'lavrador' e 'pobre'. Apenas dois foram classificados como 'negociante' e 'rico' (PARANÁ, 1881).

É importante notar, como o professor registrou a relação econômica dos alunos tentando comprovar que se tratava de uma infância pobre. A partir de tais considerações, compreende-se a produção escrita como um lugar de poder que informa e afere modos de perceber a realidade, tanto de quem a representa quanto de quem/ou do que ou quem é representado (CERTEAU, 1999). Os vestígios da operação escriturística das escolas coloniais italianas de Curitiba corroboraram com a representação de uma infância estrangeira, pobre, branca, resignada e trabalhadora.

De acordo com Gouveia (200, p. 277),

A definição de infância não assume um significado unívoco, remetido exclusivamente à faixa etária, ao momento de vida do indivíduo. A identidade infantil construiu-se associada à condição social da infância, à inserção da criança num grupo social, étnico e de gênero que se superpõe à condição geracional.

O discurso implícito na documentação revela a representação de uma infância carente também do ensino escolar. Essa infância necessitava ser escolarizada para adquirir as primeiras aprendizagens, mas acima de tudo, para ser moralizada. Contudo, essa concepção não advinha somente de uma elite paranaense e brasileira que reforçava a ideia da escola como lugar civilizador das novas gerações, mas das próprias famílias imigrantes.

Ao deparar nos documentos com as informações relacionadas ao nível de parentesco dos alunos, é possível observar a presença predominante de irmãos. Essa evidência permite inferir a visão interessada das famílias pela escolarização de todos os filhos. De acordo com Maschio (2011), um dos principais interesses pela escolarização entre imigrantes italianos foi a possibilidade de aprender a língua portuguesa a fim de asseverar a adaptação social nas novas terras.

No mapa de frequência enviado pelo Professor Giovanni Baptista Marconi, assim também como os encaminhados por outros professores ora analisados, a presença de muitos irmãos é facilmente visualizada nos registros dos sobrenomes e da filiação. Percebe-se pouca variação de sobrenomes italianos em relação ao elevado número de alunos, o que denota a pertença de várias crianças a uma mesma família.

Geralmente, as famílias imigrantes eram numerosas. Por se tratarem também de famílias trabalhadoras rurais, era evidente a necessidade das crianças ajudarem nos trabalhos domésticos e

agrícolas (MASCHIO, 2011). Constatou-se que essa condição não invalidava a frequência de todos os filhos à escola, inclusive o fato de todos permanecerem na escola ao mesmo tempo.

No entanto, ocorria que, em tempos de plantio e colheita, as crianças que apresentavam a idade mais avançada, ausentavam-se das aulas. Na análise dos mapas esse fato ficou evidente, demonstrando que a criança era concebida como um elemento produtivo e que a necessidade de auxiliar o adulto no trabalho doméstico e principalmente com a terra era irrefragável, apesar da importância atribuída à educação escolar.

Na primeira rogativa por uma escola na colônia italiana Santa Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra, o imigrante italiano Giovanni Baptista Marconi enviou ao Presidente da Província no dia 30 de dezembro de 1878 um requerimento solicitando a sua nomeação como 'mestre' naquela colônia. Ele justificava que não tinha capacidade de trabalhar nos lotes e que na condição de professor público poderia ensinar a língua portuguesa e a italiana.

Segundo ele, dominava a leitura e a escrita da língua portuguesa, criando até mesmo um método de ensino próprio. Afirmava que com seu método os alunos conseguiriam aprender o português em apenas três meses. Assim, a escola poderia ser frequentada por alunos italianos e brasileiros, fica evidente, por um lado, o interesse em ensinar a seus compatriotas o idioma português; por outro, que mesmo tratando-se de uma escola pública, o ensino seria bilíngue.

No dia 20 de fevereiro de 1879, foi criada a primeira escola pública promíscua da colônia Novo Tyrol tendo como professor contratado o italiano solicitante. Ao se criar a cadeira, o imigrante assumia a função de professor e estabelecia vínculo com a comunidade e com o Estado, que o submetia a fiscalização, pagava o seu salário, o aluguel da casa escolar e provia a escola com 'moveis e utensis' (PARANÁ, 1878).

Os trabalhos escolares tiveram início no dia 20 de março, um mês após a criação da escola. Um dia antes, em 19 de março, o professor solicitava de imediato, modelos e folhas para registrar as matrículas, assim como a autorização para o pagamento dos móveis para a escola que, segundo ele, já haviam sido orçados e encaminhados à Diretoria da Instrução Pública para deferimento.

No dia 28 de maio de 1879, o Professor Giovanni Baptista Marconi enviou um novo requerimento, informando como estava organizado o ensino naquela colônia:

O professor público abaixo assignado faz conhecer a V.^a. S.^a. que na escola pública d'esta colônia estão numerados alumnos e alumnas em n.º de 73, que teve um ensino particular nocturno para adultos que estão em n.º de 32 e que teve outro ensino particular dominical para adultos, que estão em n.º de 22, feito este para sua filha Antonieta Marconi (PARANÁ, 1879, p. 156).

Em um curto período, o professor mobilizou a criação de mais duas escolas particulares: uma noturna e uma escola para moças, que funcionava aos domingos e era dirigida pela sua filha, Antonieta Marconi.

O documento enviado pelo Professor Giovanni Baptista Marconi, em 28 de maio, informava ainda que a casa escolar e o mobiliário eram suficientes para acomodar todas as crianças, uma vez que no cálculo inicial para a confecção dos móveis já havia contabilizado a frequência média de 80 alunos.

No dia 16 de junho daquele mesmo ano, a filha do professor, Antonieta Marconi, enviou um novo requerimento, solicitando a criação de uma escola 'feminil' a fim de separar as meninas que frequentavam a escola promíscua. Pedia também que ela fosse nomeada como professora pública contratada, justificando que ministraria as aulas na escola feminina sob as observações do seu pai, o Professor Giovanni Baptista Marconi.

Em cada requerimento enviado, o professor anexava os mapas de frequência. Conforme os dois documentos, o número de alunos da escola promíscua havia aumentado passando de 73 para 105 alunos - 52 meninas e 53 meninos - separá-los, tornava-se uma necessidade para o andamento das aulas (PARANÁ, 1879, p. 237).

Nos mapas de frequência, o professor apresentava informações básicas como número de ordem, nome dos alunos, idade e "paternidade". Nas informações, chama a atenção o fato sobre a idade avançada dos alunos. Nas listas analisadas havia meninos com até 15 anos de idade e meninas com mais de 16 anos, limite etário que extrapolava a idade escolar regular determinada pelo Regulamento de 1876, que estabelecia a idade máxima inferior a 16 anos.

Como a escola regida pelo Professor Giovanni Baptista Marconi tornou-se masculina, as meninas da colônia se encontravam sem ensino escolar. Mas o pedido de abertura de uma escola feminina foi indeferido. Em requerimento de 22 de maio de 1891, Marconi lançou mão de uma nova proposta, sugeriu como professora para a escola feminina Joanna Marconi Daldin, sua filha mais nova, casada com o colono Angelo Daldin.

Porque fica vaga a cadeira de sexo feminino neste núcleo de Novo Tyrol, escola de importância como a do sexo masculino, venho interessar o cuidado de V.^a. S.^a. para o fim de fazer que seja feita a nomeação da supplicante Joanna Daldin, já casada faz o tempo de três annos, minha filha, a qual se entregaria no estudo por meu ensino, onde fazer exame de habilitação, tendo porem boa letra e capacidades gramaticais até agora, sem dizer da sua aptidão no trabalho de costura com ou sem machina.

Tenho certeza do apoio da V.^a. S.^a. no de ella obter a nomeação pedida para seu útil e grande necessidade de ensino público feminino, como vai adiantando-se aquella do sexo masculino sob a responsabilidade do abaixo assignado que tem matricula até hoje de 52 meninos (PARANÁ, 1891, p. 232).

O número de meninas inscritas para frequentar a escola feminina, conforme apresentava o mapa de frequência enviado pela solicitante Joana Marconi Daldin e por seu pai, era de 52, todas de origem italiana. Novamente, a Diretoria da Instrução Pública indeferiu o pedido, alegando que não poderia prover a escola. A Diretoria da Instrução, conforme continuava o documento, informou que talvez pudesse subvencioná-la caso os suplicantes comprovassem que a escola poderia ser frequentada pelo número suficiente de alunas e que as aulas seriam ministradas gratuitamente pela pobreza dos alunos.

A exigência da Diretoria da Instrução Pública, em solicitar a comprovação da pobreza dos alunos, reafirmava a atitude dos professores em representar uma infância desprovida nas colônias. Nestas circunstâncias, não há como negar o aparecimento de possíveis fraudes, principalmente com relação ao número e condição dos alunos. Demonstrando, assim, um avultado número de alunos matriculados o qual poderia dar visibilidade ao pedido.

Nesta direção, é preciso destacar também a questão da alteração da idade real dos alunos. Aqueles que não possuíam idade regular para frequentar a escola, conforme estabelecia a legislação, apareciam nas listas possivelmente com a idade alterada para mais ou para menos. Essa questão verificou-se ao estabelecer relações com outras fontes documentais sobre as escolas.

Uma das táticas utilizadas era o registro de todos os filhos de uma mesma família, inserindo inclusive o nome dos filhos menores. Desse modo, o aparecimento das relações de parentescos examinada nos mapas de frequência também era justificada pela necessidade de demonstrar uma frequência regular da escola, mesmo que forjada.

Com relação à principal categorização dos mapas de frequência - o registro de presenças e de faltas - a análise dos documentos demonstrou que os alunos

que apresentavam idade mais avançada eram os que possuíam o maior número de faltas às aulas. No mapa de frequência da escola masculina da ex-colônia Alfredo Chaves, correspondente aos meses de outubro a dezembro de 1893, enviado pelo Professor Giovanni Antônio Tosin à Diretoria da Instrução Pública, é possível constatar que o professor inseria na lista o número total de faltas dos alunos. Observou-se também que aqueles alunos que tinham idade entre dez e 12 anos eram os que normalmente, além de apresentar o maior número de faltas, evadiam da escola sem haver completado o curso.

Dentre os mapas localizados com o formato impresso, dois deles analisados e contemplados neste texto, é possível compreender o tempo da infância em relação ao tempo da escola. O primeiro refere-se à escola do sexo masculino da colônia de Santa Felicidade regida pelo Professor italiano, Francisco Zardo, no ano de 1917. O documento apresentava um registro de 40 meninos, exceto um João dos Santos, brasileiro, os 39 restantes eram de nacionalidade brasileira com ascendência italiana. Neste mapa, o professor detalhou o total de dias que cada aluno frequentou e igualmente os dias em que cada um deles faltou. Acompanhava ao lado de cada registro as respectivas justificativas. Na maioria dos casos, o motivo para a falta às aulas e o abandono da escola foi justificado pelo professor como 'foi trabalhar'. O outro motivo declarado foi as doenças que atingiam frequentemente as comunidades agrícolas. Neste caso, o professor registrava 'esteve doente'.

O total de aulas dadas pelo professor naquele ano letivo foi de 225 aulas. Número bem superior ao que os demais professores declaravam em seus registros. Constatou-se, como afirmado anteriormente, que os alunos que faltavam as aulas para trabalhar eram os que apresentavam maior idade, como foi o caso do aluno Antônio Zen, que tinha 14 anos e frequentou apenas 75 aulas durante todo aquele ano letivo (PARANÁ, 1917).

Segundo afirmou Luchese, ao analisar o tempo escolar na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, os alunos mais velhos eram os que mais faltavam às aulas e, em geral, não permaneciam por mais de três anos consecutivos na escola, deixando-a bem antes dos 14 anos (LUCHESE, 2007). Ao verificar os mapas de frequência, constatei que o mesmo acontecia nas escolas das colônias italianas de Curitiba.

Com relação ao mapa impresso da escola mista da colônia Água Verde do ano de 1917, o registro era de 60 alunos de ambos os sexos. Desses alunos, 16 crianças não tinham ascendência italiana,

característica verificada nos mapas de frequência das escolas coloniais a partir da década de 1910. Com o passar dos anos o magistério das colônias passava a contar com professores não imigrantes e as aulas, passaram a ser exclusivamente em língua portuguesa, como já previa a legislação de 1900. Além disso, arrefecia a entrada de novas levas de imigrantes, de modo que a população das colônias passava a ser composta por descendentes de italianos nascidos no território paranaense que compartilhavam da língua portuguesa, portanto, de nacionalidade brasileira.

O número de faltas entre os alunos da colônia Dantas (Água Verde) era bem inferior se comparado ao da colônia de Santa Felicidade. Em média, totalizava o máximo de nove aulas por aluno. A professora não havia preenchido o campo dedicado a justificar as razões das faltas, o que leva a pensar que muitas vezes os professores omitiam informações dos registros por ignorar os motivos. Além de deixar uma lacuna sobre o funcionamento da escola, essa ausência de dados pode demonstrar ainda que muitos mapas de frequência eram produzidos de maneira aligeirada, e que as presenças e faltas não eram computadas no dia a dia das aulas.

Como instrumento legal, os mapas de frequência informavam o quanto a escola seria capaz de escolarizar o sujeito social transformando-o em sujeito escolar. De todo modo, a produção dos mapas de frequência possibilitava nomear crianças, classificar saberes e perfis infantis. Instituir e reconhecer a cadência dos ritmos de ensino e aprendizagem. Crianças que compartilhavam de traços culturais singulares no convívio familiar e comunitário tornavam-se a partir de então alunos que se apropriavam e estabeleciam no interior daquele espaço de socialização, novos tempos, ritmos e modos de aprender.

Nas palavras de Veiga (2005, p. 98):

A documentação fabrica a infância relacionada à produção da identidade de aluno, mesmo que outras referências se façam presentes, ou seja, as relações geracionais são fortemente marcadas por esse novo lugar social: a escola. Para melhor desenvolvimento dessa questão é importante demarcar as formas como tais relações se estruturam, ou melhor, temos que as representações de uma infância escolar se fizeram a partir de múltiplos lugares, cujas denominações estiveram definidas na dinâmica relacional adulto/criança. De um lado teremos, pois, a variação do lugar do adulto: pai, representante do governo, professor; de outro a variação do lugar da infância: filho, criança, aluno, menino/menina.

Assim, a normatização da prática de produzir mapas de frequência colocava em evidência uma

nova representação sobre a infância que se instituía com a escolarização. Uma infância relacionada a um tempo e um espaço específico e às práticas de aprendizagem e de moralização dos costumes.

Ao produzir historicamente o tempo do aprender, a escola transformou a criança em aluno. Instituíram-se tempos, instrumentos de aprendizagem e mecanismos de avaliação que buscavam categorizar e classificar níveis de conhecimento. Assim, no que se referem às questões pedagógicas, os mapas de frequência revelavam os graus de aprendizagem, as dificuldades dos alunos e os saberes ensinados nas aulas, elementos da prática pedagógica que reforçavam a condição social da criança como aluno.

O mapa enviado no mês de abril de 1886, pela Professora Giacomina Stofella, da colônia Dantas (Água Verde) talvez seja um dos documentos mais completos localizados no montante da documentação selecionada. Nele, a professora italiana registrou a presença de 62 alunos de ambos os sexos, todos de origem italiana, informou a idade dos alunos, a filiação, a religião, a data da matrícula, o grau de instrução dos alunos na época da matrícula e o adiantamento dos alunos em relação a cada matéria de ensino (leitura, escrita, gramática, aritmética, geografia e história, ginástica e prendas domésticas). Por fim, descreveu o nível de aplicação e comportamento dos alunos.

A professora declarou que no ato da matrícula, todos os alunos ‘nada sabiam’. No campo da leitura, ela registrou que a maioria dos alunos ‘silabava’, somente seis deles liam frases. Com relação à escrita, o nível de aprendizagem era ainda mais atrasado em relação à série/idade. Apenas o aluno Antonio Gabardo de sete anos, matriculado em novembro de 1884 – portanto, com cinco anos de idade – conseguia escrever ‘bastando’, ou seja, escrevia palavras utilizando letras maiúsculas. Cumpre notar, que segundo o registro da professora, nenhum aluno chegou ao nível de domínio da escrita cursiva, e que mesmo apresentando idade avançada e permanecendo por dois anos na escola, a maioria dos alunos ainda não haviam aprendido a escrever nenhuma palavra (PARANÁ, 1886).

O mapa de frequência da colônia Alfredo Chaves, enviado pelo Professor italiano, Giovanni Antônio Tosin, no final do ano de 1893, também apresentava informações quanto o nível de aprendizagem dos alunos e sobre os conhecimentos por ele ensinados nas aulas. Conforme o documento haviam 32 alunos matriculados na escola masculina, sendo que apenas dois não eram de ascendência italiana. Desses, 22 estavam matriculados na primeira classe e alguns deles frequentavam a escola

desde o ano de 1891. A idade variava de seis a 12 anos. Alguns alunos pertencentes a primeira classe já escreviam ‘bastando’, mas a grande maioria nada sabia sobre os rudimentos da escrita. Apenas três alunos matriculados na terceira classe escreviam de forma ‘cursiva’. Quanto ao adiantamento referente às quatro operações, apenas três alunos matriculados na terceira classe – os mesmos que dominavam a escrita ‘cursiva’ – já haviam avançado no conhecimento da divisão. Cabe lembrar que o ensino dos cálculos seguia a seguinte ordem: adição, subtração, multiplicação e divisão (PARANÁ, 1893).

A análise dos graus de aprendizagem registrados nos mapas de frequência permite mensurar os ritmos do ensinar e do aprender. Os registros evidenciam as dificuldades de aprendizagem do novo idioma pela pertença a outra etnia. Eles deflagram os poucos recursos que os professores e os alunos dispunham para ensinar e aprender e possibilita compreender como o arsenal cultural dessas comunidades rurais de imigrantes interferia na vida escolar das crianças. Alunos que frequentavam as aulas irregularmente pela dificuldade de apreensão do idioma nacional, ou diante da necessidade de auxiliar os adultos nos trabalhos agrícolas eram os que permaneciam por longos anos na escola sem nada aprender. Disso, decorria a reprovação e a evasão dos bancos escolares.

Outro mapa de frequência que evidencia a dificuldade de aprendizagem dos alunos de origem e ascendência italiana foi aquele enviado pelo Professor Antônio Manoel Goulart em 30 de abril de 1891, referente à colônia Eufrásio Correa. O documento registrava a frequência de 28 meninos em idade que variava de seis a 12 anos. Nove dos meninos eram de origem brasileira e 19 de origem italiana. Dos alunos brasileiros, três deles já estavam no terceiro livro de leitura e escreviam ‘bastando’. Os demais se encontravam no segundo livro, e também produziam uma escrita ‘bastando’.

Entre os meninos de origem italiana, apenas três deles estavam inscritos no segundo livro de leitura e registravam uma escrita ‘bastando’. O restante dos alunos, apesar de matriculados na mesma época, estava ainda no primeiro livro de leitura sem conseguir demonstrar habilidade para a escrita (PARANÁ, 1891). Cumpre notar que a idade das crianças italianas que estavam no primeiro livro variava de seis a 12 anos, portanto, o fato de alguns alunos apresentarem idade mais elevada não obedecia à lógica de estar em um nível mais adiantado de instrução. Observa-se com tais dados que a escola instituía como mecanismo para classificar a infância, a capacidade de aprendizagem. Igualmente, a escola produzia outros agrupamentos. Ao produzir a idade da infância, instituindo um tempo e

um ritmo escolar, desconsiderava-se, em partes, a idade biológica dos alunos para agrupá-los.

Para finalizar a análise, ressalta-se que os mapas de frequência informavam uma infância pacífica. Nos vários registros nominativos examinados, as categorias 'aplicação', 'moralidade' e 'comportamento' registravam a conduta dos alunos com os adjetivos 'boa' e 'bom'. Em nenhum deles, foi verificada uma anotação que contestasse a imagem resignada da criança, pobre e estrangeira. Mesmo o campo 'observações', que de modo geral era o último registro dos mapas de frequência, não era preenchido por registros de desabonassem o desempenho dos alunos. De certo, outros poderiam ser os documentos próprios para se registrar os episódios de indisciplina e burla dos alunos. Contudo, em nenhum mapa de frequência estudado foi possível localizar essas particularidades do cotidiano da escola.

Considerações finais

Os mapas de frequência, como documentos de escrituração pública da escola, foram instrumentos comprobatórios do trabalho docente para galgar benefícios de subvenções, aquisição de materiais, abertura legal de escolas, garantia de salários, progressão na carreira ou aposentadorias. Eles foram confeccionados e produzidos pelos professores que, ao se apropriarem da legislação, elegiam e incrementavam com informações definidas a partir de seus critérios pessoais. Por isso, as categorias registradas variavam de professor para professor e de escola para escola.

No que concerne às informações gerais e pedagógicas sobre o funcionamento das aulas nas escolas coloniais italianas, as análises dos mapas de frequência possibilitaram compreender as irregularidades da frequência escolar dos alunos pelos ciclos de trabalho agrícola, as idades variadas das crianças e a determinação da idade escolar, o número avultado de crianças nas colônias de imigrantes, as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, as relações de parentesco, os aspectos culturais, sociais e econômicos como nacionalidade, religião, profissão e condição econômica das famílias.

Os mapas de frequência foram registros administrativos que ordenavam o conhecimento sobre os ritmos da escola e das aprendizagens dos alunos. A partir deste registro era possível reconhecer as crianças como alunos, classificadas e hierarquizadas a partir da idade e do nível de aproveitamento escolar. Como instrumentos legais, os registros foram porta-vozes de representações sobre a infância. Uma infância compartilhada pela comunidade étnica italiana, representada muitas vezes como pobre e morigerada.

Uma infância que posta a obrigatoriedade da frequência a escola - como um lugar por excelência na aquisição dos saberes e na moralização dos costumes - foi transformada em outra, qual seja, uma infância escolar.

Referências

- CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- GOUVEIA, M. C. S. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 8, p. 265-288, 2004.
- KUHLMANN, M.; FERNANDES, R. Sobre a história da Infância. In: FARIA FILHO, L. M. (Ed.). **A infância e sua educação: materiais, prática e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-34.
- LUCHESE, T. Â. **A escolarização entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930**. 2007. 490f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- MASCHIO, E. C. F. Crianças imigrantes nas colônias italianas de Curitiba no final do século XIX. In: KLANOVICZ, J.; SOCHODOLAK, H.; ARIAS NETO, J. M. (Org.). **Regiões, Imigrações e Identidades**. Ponta Grossa: ANPUH-PR, 2011. p. 108-120.
- MASCHIO, E. C. F. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875-1930)**. 2012. 340f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1876. p 6-18.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1878. p. 74.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1879. p. 156-237.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1881. p. 166.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1886. p. 75.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1891. p. 169-232.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1893. p. 184.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba. 1895. p. 49.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1915. p. 28.
- PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Requerimento**. Curitiba, 1917. p. 75-76.
- PARANÁ. **Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Paraná**, aprovado pelo Decreto n.º 46 em 4 de julho de 1876. Curitiba: Typ. Lopes, 1876.

VEIGA, C. G. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 9, p. 93-107, 2005.

VIDAL, D. G. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 17, p. 43-67, 2009.

Received on May 29, 2013.

Accepted on February 22, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.